

REPÚBLICA DE CABO VERDE



BOLETIM OFICIAL

PREÇO BESTE NÚMERO — 12\$00

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial devem ser enviados à Administração da Imprensa Nacional, na cidade da Praia.

O preço dos anúncios é de 10\$ a linha

Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas ou com tabelas intercaladas no texto e o respectivo espaço acrescido de 30%. Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para o seu custo.

ASSINATURAS:

	Ano	Semestre
Para o País	900\$00	380\$00
Para o estrangeiro... ..	900\$00	740\$00
AVULSO: por cada duas páginas	4\$00	

Os períodos de assinatura correm-se por anos civis e por semestre. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

Todos os originais com destino ao Boletim Oficial devem ser enviados à Administração da Imprensa Nacional até às 16 horas da Quinta-feira de cada semana.

Os que o forem depois da data fixada ficarão para o número da semana seguinte.

Os originais dos vários serviços públicos deverão conter a assinatura do chefe, autenticado com o respectivo selo branco.

SUMÁRIO

CONSELHO DE MINISTROS:

Decreto n.º 13/82:

Renova, a partir de 27 de Janeiro de 1981, a comissão ordinária de serviço do Camarada Óscar António Barbosa Ribeiro, no cargo de Director-Geral de Educação.

Decreto n.º 14/82:

Nomeia o Técnico Superior de 3.ª classe da Direcção-Geral do Planeamento, Edgard Chrysostome Pinto para, em comissão de serviço, desempenhar as funções de Director-Geral de Estatística.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DAS FINANÇAS:

Despacho:

Concede à Secretaria-Geral da Presidência da República um fundo permanente de 200 000\$ destinado a ocorrer ao pagamento de despesas urgentes que não se compadecem com as formalidades legais de requisição prévia.

MINISTÉRIO DO INTERIOR:

Despacho:

Delegando no Delegado do Governo do Concelho do Sal a competência para conferir posse a membros do Conselho Deliberativo do Sal.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES:

Portaria n.º 10/82:

Manda pôr em circulação a partir de 20 de Fevereiro de 1982, selos da emissão comemorativa «Taça Amílcar Cabral» com as dimensões de 40x50 mm, dentado 12 1/2, impressão «off-set».

Gabinete do Primeiro Ministro:

Direcção-Geral da Função Pública.

Anúncios judiciais e outros.

CONSELHO DE MINISTROS

Decreto n.º 13/82

de 20 de Fevereiro

No uso da faculdade conferida pelo artigo 77.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo único. É renovada, a partir de 27 de Janeiro de 1981, a comissão ordinária de serviço do Camarada Óscar António Barbosa Ribeiro, no cargo de Director-Geral de Educação.

Pedro Pires — José Eduardo de Figueiredo Araújo.

Promulgado em 28 de Janeiro de 1982.

Publique-se.

O Presidente da República, ARISTIDES MARIA PEREIRA.

Decreto n.º 14/82

de 20 de Fevereiro

No uso da faculdade conferida pelo artigo 77.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º É nomeado o Técnico Superior de 3.ª classe da Direcção-Geral do Planeamento, Edgard Chrysostome

Pinto para, em comissão de serviço, desempenhar as funções de Director-Geral de Estatística.

Art. 2.º Este Decreto entra imediatamente em vigor.
Pedro Pires — José Brito.

Promulgado em 2 de Fevereiro de 1982.

Publique-se.

O Presidente da República, **ARISTIDES MARIA PEREIRA.**

—o§o—

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DAS FINANÇAS

Secretaria de Estado das Finanças

Despacho

Tendo a Secretaria-Geral da Presidência da República proposto a constituição de um fundo permanente para ocorrer ao pagamento de despesas urgentes diárias que não se compadecem com as formalidades legais de requisição prévia:

Determino:

1. É concedido à Secretaria-Geral da Presidência da República um fundo permanente de 200 000\$ destinado a ocorrer ao pagamento de despesas urgentes que não se compadecem com as formalidades legais de requisição prévia;

2. Para administrar o fundo de que trata o número anterior é constituída a seguinte comissão:

- Henriette Vieira — secretária do Presidente da República;
- Pedro Miguel Antoquia Lopes — 2.º oficial da Secretaria-Geral da Presidência da República;
- Cipriano da Veiga Semedo — fiscal da Residência da Presidência da República;

Suplentes:

- Lúcia Rosário Sança M. Gomes — recepcionista e
- Leopoldino dos S. Carvalho de Melo — escriutário-dactilógrafo, ambos da Secretaria-Geral da Presidência da República.

3. A reconstituição do fundo far-se-á à medida que forem sendo apresentados os justificativos de despesas à Direcção-Geral que verificará se foram cumpridas as formalidades legais devendo a respectiva reposição operar-se até 31 de Dezembro do corrente ano.

Secretaria de Estado das Finanças, 20 de Fevereiro de 1982. — O Secretário de Estado, *Arnaldo França.*

—o§o—

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Despacho

Delego no Delegado do Governo do Concelho do Sal a competência para conferir posse aos seguintes membros do Conselho Deliberativo do Sal, nomeados por meu despacho de 7 de corrente mês:

Efectivo:

Albertino Elias Brito Fortes.

Suplente:

Mário Manuel da Paixão Silva Lopes.

Ministério do Interior, 6 de Fevereiro de 1982. — O Ministro, *Júlio César de Carvalho.*

—o§o—

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Portaria n.º 10/82

de 20 de Fevereiro

Manda o Governo da República de Cabo Verde pelo Ministro dos Transportes e Comunicações o seguinte:

Artigo único. São postos em circulação a partir de 20 de Fevereiro de 1982, selos da emissão comemorativa «Taça Amílcar Cabral» com as dimensões de 40x50mm, denteado 12¹/₂, impressão «off-set», nas seguintes quantidades e taxas:

296 000 selos de 4\$50

316 000 selos de 7\$50

116 000 selos de 11\$50

Ministério dos Transportes e Comunicações, 20 de Fevereiro de 1982. — O Ministro, *Herculano Vieira.*

GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO

Direcção-Geral da Função Pública

Despachos do Camarada Primeiro Ministro:

De 15 de Dezembro de 1981:

Ludgero Correia — contratado, ao abrigo do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 21/76, de 6 de Março, para exercer as funções de 1.º oficial do quadro privativo do Secretariado Administrativo da Praia.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, artigo 1.º, n.º 1 do orçamento privativo do Secretariado Administrativo da Praia, para o ano de 1981. — (Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 9 de Fevereiro de 1982).

De 25 de Janeiro de 1982:

João Cícero do Rosário Martins, oficial do quadro técnico aduaneiro — prorrogada, por mais um ano, a licença especial sem vencimentos, para efeitos de prosseguimento de Estudos.

De 30:

São colocados em comissão eventual de serviço, a partir da data do embarque, os seguintes funcionários da Direcção-Geral das Alfândegas, a fim de frequentarem um estágio de formação técnica, em Lisboa, com a duração de seis meses:

Verificadores interinos:

António Ludgero Correia e Carlos Guido St'Aubyn de Figueiredo.

Oficiais, interinos:

Júlio César Alves e Fernando Rocha Jardim.

Oficial estagiário, interino:

Carlos Soares Spencer.

São colocados em comissão eventual de serviço, a partir da data do embarque, os seguintes funcionários da Direcção-Geral de Saúde, a fim de frequentarem um estágio no «Centre d'Enseignement Supérieur en Soins Infirmière (CESSI)», de Luanda, com a duração de um ano:

António Ferreira Querido dos Reis Borges, técnico profissional do 1.º nível de 1.ª classe (enfermeiro).

Júlio Aurora Fernandes de Pina, técnico profissional do 1.º nível de 1.ª classe (enfermeiro) e

Lídia Miranda Silveira Pires, técnico profissional do 1.º nível de 2.ª classe (enfermeira).

Despacho do Camarada Ministro dos Negócios Estrangeiros:

De 28 de Dezembro de 1981:

Prorroga, por conveniência de serviço, a posse do Camarada Euclides Alfredo Barbosa Brito, nomeado cônsul do quadro de pessoal dos Serviços Externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em comissão de serviço, por despacho publicado no *Boletim Oficial* n.º 48, de 28 de Novembro, até 31 de Janeiro de 1982.

De 27 de Janeiro de 1982:

É colocado no Consulado de Cabo Verde em Roma, o Camarada Euclides Barbosa Brito, nomeado cônsul do quadro de pessoal dos serviços externos, em comissão de serviço, por despacho publicado no *Boletim Oficial* n.º 43, de 28 de Novembro de 1981.

Despacho do Camarada Ministro da Economia e das Finanças:

De 4 de Fevereiro de 1982:

Designa a nova constituição do júri do concurso para escritor-dactilógrafo de 2.ª classe do quadro do pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Economia e das Finanças:

Presidente:

Ermitão Spinola Barros, chefe de Gabinete;

Vogais:

Marline Barbosa Almeida — chefe de secção, interina, da Direcção-Geral da Indústria.

Edla Azevedo — 2.º oficial da Direcção-Geral do Comércio.

Despacho do Camarada Ministro do Interior:

De 27 de Janeiro de 1982:

Júlio César Tavares Mendonça, agente de 2.ª classe da Direcção Nacional de Segurança e Ordem Pública — exonerado, a seu pedido, das referidas funções, com efeito a partir de 28 de Novembro do ano findo.

Despachos do Camarada Ministro da Educação e Cultura:

De 28 de Janeiro de 1982:

Manuel António Fernandes Canuto, professor de posto escolar de serviço eventual com colocação no Posto n.º 37, de S. Domingos, concelho do Fogo — exonerado, a seu pedido, a partir de 30 de Janeiro de 1982.

Mário dos Reis Correia Gonçalves, professor de posto escolar, contratado — concedidos seis meses de licença registada, a partir de 1 de Fevereiro de 1982.

Natércia Rodrigues, nomeada professora eventual do Liceu «Ludgero Lima» — autorizada a não iniciar funções.

André de Santa Catarina Évora da Moura, monitor especial de Educação Física da Escola Preparatória de Santa Catarina — exonerado a seu pedido com efeitos a partir de 25 de Fevereiro

Despacho do Camarada Ministro dos Transportes e Comunicações:

De 5 de Novembro de 1981:

Astrigilda Santos Almeida — nomeada para, interinamente, exercer o cargo de 3.º oficial, do Aeroporto Internacional «Amílcar Cabral».

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, artigo 1.º do orçamento do A.I.A.C. — (Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas, em 8 de Fevereiro de 1982).

Despachos do Camarada Ministro do Desenvolvimento Rural:

De 22 de Setembro de 1981:

António Maria Fortes — nomeado para, provisoriamente, exercer o cargo de técnico profissional de 1.º nível de 2.ª classe, dos Serviços Regionais de Desenvolvimento Rural, ficando colocado na Direcção Regional de Santo Antão.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 11.º, artigo 77.º do orçamento para 1981. — (Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas, em 8 de Fevereiro de 1982).

De 28 de Novembro:

João Soares de Barros, técnico auxiliar de 1.ª classe, da Direcção-Geral de Agricultura e Pecuária — destacado para, em comissão de serviço, exercer as mesmas funções no Projecto de Desenvolvimento Agrícola Integrado de Assomada — «PRODESA», com efeitos a partir de 31 de Julho de 1981.

Os encargos resultantes serão suportados pelas verbas do «PRODESA».

Despachos do Camarada Ministro da Saúde e Assuntos Sociais:

De 3 de Janeiro de 1982:

Abel de Pina Barros, agente sanitário da Direcção-Geral de Saúde em serviço no concelho da Brava — concedidos seis meses de licença registada a partir de 1 de Janeiro de 1982.

De 4:

André Ramos Almeida, conferente de 2.ª classe da Junta Autónoma dos Portos — homologado o parecer da Junta

de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 10 de Dezembro de 1981, que é do seguinte teor:

«Incapaz para todo o serviço».

José Barros Santos, contínuo da Junta Autónoma dos Portos — homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 10 de Dezembro de 1981, que é do seguinte teor:

«Incapaz para todo o serviço pelo n.º 269, alínea e) e cap XIV da tabela oficial de incapacidade».

Leandro Paulo Fortes, vigia portuária da Junta Autónoma dos Portos — homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 10 de Dezembro de 1981, que é do seguinte teor:

«Incapaz para todo o serviço».

De 8 de Fevereiro de 1982:

Dr. Bertil Ragnar Ottosson, médico cooperante sueco — designado para o cargo de Delegado de Saúde da Brava.

De 11 de Fevereiro de 1982:

Maria Rosa Silva Lopes de Barros, técnica de 3.ª classe do Ministério do Desenvolvimento Rural — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 14 de Janeiro de 1982, que é do seguinte teor:

«Que a examinada deve ser de novo evacuada para o exterior para um centro especializado em oftalmologia por se encontrarem esgotados os recursos locais e presumir perda da função visual com a permanência neste Estado».

«Evacuar para RDA».

Despacho do Camarada Secretário de Estado das Finanças:

De 25 de Janeiro de 1982:

Alvaro Artur Martins de Pina, aspirante, provisório da Direcção-Geral de Finanças — prorrogada por mais de seis meses a licença registada que lhe havia sido concedida por despacho de 6 de Agosto de 1981, publicado no *Boletim Oficial* n.º 38, da série do mesmo ano.

Despacho do Camarada Secretário de Estado do Comércio e Turismo:

De 31 de Dezembro de 1981:

Humberto dos Santos Flor, escriturário-dactilógrafo de 2.ª classe da Direcção-Geral do Turismo — exonerado, a seu pedido, a partir de 31 de Dezembro de 1981.

Despachos do Camarada Director-Geral da Função Pública, por delegação do Camarada Primeiro-Ministro:

De 4 de Fevereiro de 1982:

Vasco da Gama Melo Monteiro, agente de 2.ª classe da Polícia Marítima da Direcção-Geral de Marinha e Portos do Ministério dos Transportes e Comunicações, desligado de serviço para efeitos de aposentação — conta, para efeitos de aposentação, o seguinte tempo de serviço prestado ao Estado:

A Administração Colonial Portuguesa:

	A	M	D
--	---	---	---

Contagem feita e publicada no <i>Boletim Oficial</i> n.º 36, de 3 de Setembro de 1966.	16	7	19
--	----	---	----

De 1 de Julho de 1966 a 4 de Julho de 1975, incluindo o aumento de 1/5, nos termos do artigo 435.º do Estatuto do Funcionalismo	10	9	22
--	----	---	----

Ao Estado de Cabo Verde:

De 5 de Julho de 1975 a 13 de Agosto de 1981	6	1	10
---	---	---	----

Soma	33	6	21
-------------	----	---	----

De 11:

Henriqueta Rodrigues Pires, professora contratada de posto escolar — conta, para efeitos de mudança de escalão, o seguinte tempo de serviço prestado ao Estado:

	A	M	D
	10	9	22

Despacho do Camarada Procurador-Geral da República:

De 18 de Dezembro de 1981:

Dr. Otelindo Levy Rivera de Jesus — designado, nos termos do n.º 2 do artigo 41.º da Organização Judiciária, para desempenhar as funções de 2.º substituto do Procurador Regional da República da Praia.

Despachos do Camarada Director Regional de Saúde de Sotavento, por delegação do Camarada Ministro da Saúde e Assuntos Sociais:

De 12 de Fevereiro de 1982:

Emília Correia Barradas Soares, servente de 1.ª classe da Direcção-Geral de Saúde — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 11 de Fevereiro de 1982, que é do seguinte teor:

«Que a examinada necessita deslocar-se à ilha do Fogo para realização de exames radiológicos im-possíveis de se efectuar neste momento no Hospital da Praia».

Maria da Conceição Faria Neves da Rosa, servente de 1.ª classe da Direcção-Geral de Saúde — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 11 de Fevereiro de 1982, que é do seguinte teor:

«Que a examinada encontra-se incapaz de exercer as suas actividades profissionais até à altura do parto».

Alberto Teixeira, auxiliar de verificação de 2.ª classe de tráfego das Alfândegas — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 11 de Fevereiro de 1982, que é do seguinte teor:

«Que as faltas dadas ao serviço encontram-se justificadas (Outubro-Novembro de 1981)».

Despacho do Camarada Director Regional de Saúde de Barlavento, por delegação do Camarada Ministro da Saúde e Assuntos Sociais:

De 26 de Janeiro de 1982:

Justiniano Monteiro Centeio, pai do intérprete da Direcção-Geral de Saúde, Manuel Aginaldo Monteiro Centeio — homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 21 de Janeiro de 1982, que é do seguinte teor:

«Que o examinado deve ser evacuado para Praia a fim de ser presente à consulta de psiquiatria».

Deliberações do Conselho Deliberativo da Praia:

De 30 de Dezembro de 1981:

Victorino Sanches Tavares, escriturário-dactilógrafo de 2.ª classe, definitivo, do Secretariado Administrativo da Praia—nomeado para, interinamente, exercer o cargo de escriturário-dactilógrafo de 1.ª classe, do mesmo Secretariado.

Armindo Mendes dos Reis, escriturário-dactilógrafo de 2.ª classe, contratado, do Secretariado Administrativo da Praia—nomeado para, interinamente, exercer o cargo de escriturário-dactilógrafo de 1.ª classe, do mesmo Secretariado.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, artigo 1.º, n.º 1 do orçamento vigente.—(Visadas pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 9 de Fevereiro de 1982).

De 16 de Fevereiro de 1982:

Luis Manuel Furtado Moreno—contratado para, nos termos do artigo 45.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer o cargo de técnico auxiliar de 3.ª classe do Secretariado Administrativo da Praia.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 2.º, artigo 19.º, do orçamento vigente.

(Visada pelo Tribunal Administrativo e de Contas, em 11 de Fevereiro de 1982).

Lista definitiva dos candidatos admitidos e excluídos ao concurso de provas práticas para o provimento de vagas de escriturário-dactilógrafo de 2.ª classe dos quadros do Ministério do Desenvolvimento Rural, conforme o anúncio publicado no *Boletim Oficial* n.º 11, de 14 de Março de 1981:

Admitidos:

Maria da Luz Santos Monteiro.
 Maria da Conceição Santos Andrade.
 Ana Borges Moreno.
 Leonor Teixeira Lopes.
 Maria da Conceição Barros Tavares.
 Maria Filomena Massano Tavares.
 Maria Filomena Semedo Tavares.
 Isabel Maria Silva.
 Maria Margarida Sanches Moreira.
 Isabel Pereira Sivla.
 João José de Pina Correia.
 Maria Júlia Saneto da Moura.
 Emiliano Amaro Tavares.
 Carmem Cardoso.
 Maria Domingas Tavares do Canto.
 António Fonseca dos Santos.
 António Jorge dos Santos Craveiro de Andrade.
 Paulo Landim dos Santos.
 Joana Alves.
 Filomena Maria Ramos dos Santos.
 Maria do Rosário Monteiro Silva.
 José da Luz Monteiro Cardoso.
 Félix Mendes Moreno.
 Angelina Mendes Moniz.
 Maria de Lourdes Vaz Sanches.
 Anilda Alice da Graça.
 David Howard Capristano Furtado.
 Eduino Gonçalves Dias.
 Pedro Alcântara Ludgero Correia.
 Manuel José Mendes Gonçalves.
 Dinora Mendes de Andrade.
 Maria Celeste Vieira Moniz.

Edith Carvalho Moniz.
 Natalina Monteiro Lopes.
 Estêvão Dias Semedo.
 Victor Manuel da Veiga Freire.
 Felismina José Marcelino.
 Alberto Mateus Lima Moreira.
 António Silva Tavares.
 Maria de Fátima Galvão Gonçalves.
 Maria de Jesus de Pina Veiga.
 António Spencer Andrade.
 Albertina Rodrigues Carvalho.
 Vitória Pereira.
 António Silva Tavares.
 Maria da Conceição Tavares Delgado.
 Ana Maria Mendes Silva Ferreira.

Excluídos:

Herculano Lopes Semedo a).
 José Maria Santos Marques a).
 Conceição Martins a).
 Maria Isabel Pina Tavares a).
 Domingos Lopes Furtado a).
 Armanda Fortes a).
 Adelaide Teixeira dos Santos a).
 Baciro Candé a).
 Orlando Lopes Teixeira a).
 Olímpio Francisco Dias a).
 Silvestre Lopes Rodrigues a).
 Adozinda Tavares a).
 Maria Alice Lopes Pereira de Barros b).
 Dulce Jesus de Pina Veiga b).
 Maria da Conceição Varela Rodrigues b).
 Maria Augusta Pereira Barbosa b).

a) Por não ter entregue os documentos em falta.
 b) Por não possuir as habilitações literárias exigidas.

Avisam-se os candidatos admitidos de que as provas terão lugar no próximo dia 27 do corrente numa das salas do Ministério do Desenvolvimento Rural.

Lista definitiva da única candidata admitido ao concurso de provas práticas para o preenchimento de uma vaga de chefe de secção do quadro da Secretaria-Geral do Ministério do Desenvolvimento Rural, conforme anúncio publicado no *Boletim Oficial* n.º 6, de 1981.

Eloisa Spencer Ferreira.

Obs.: É avisada a candidata que as provas terão lugar no próximo dia 20 de Março de 1982, numa das salas do Ministério do Desenvolvimento Rural.

RECTIFICAÇÃO

Por ter sido publicado de forma inexacta no *Boletim Oficial* n.º 15/81, de 11 de Abril, novamente se publica o seguinte:

Despacho do Camarada Ministro da Justiça:

De 23 de Janeiro de 1982:

Maria Vieira Fernandes, candidata classificada em concurso—nomeada para, interinamente, desempenhar as funções de escriturária-dactilógrafa de 2.ª classe do quadro da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, ficando colocada na Delegação dos Registos e do Notariado do Maio.

Direcção-Geral da Função Pública, na Praia, 17 de Fevereiro de 1982.—O Director-Geral, Noel Monteiro de Sousa Pinto.

ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Tribunal Cível da Região de 1.ª classe da Praia

ANÚNCIO

(1.ª publicação)

Pelo Juízo de Direito do Tribunal Regional Cível de Primeira Classe da Praia, na Execução Sumária n.º 6/75, correm éditos de vinte dias, contados da segunda e última publicação deste anúncio, citando os credores desconhecidos do executado Cesário da Veiga, o «Tinho», solteiro, costureiro, residente em Achada de Santo António, subúrbios desta cidade, para no prazo de dez dias posterior àquele dos editos, reclamarem o pagamento de seus créditos pelo produto dos bens penhorados sobre que tenham garantia real, na execução movida por Olivio Vaz Correia Monteiro.

Praia, 10 de Fevereiro de 1982. — O Juiz de Direito, *Miguel Alves Ferreira*.

O Escrivão de Direito, *Manuel António Vieira de Andrade*.

(28)

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

Cartório Notarial da Região de 1.ª Classe da Praia

Notário: JORGE RODRIGUES PIRES:

HABILITAÇÃO NOTARIAL

Certifico narrativamente, para efeitos de publicação, que por escritura pública lavrada de folhas 88 a 89, do livro de notas para escrituras diversas n.º 11/A, deste Cartório a meu cargo, se encontra exarada uma escritura de Habilitação Notarial, com a data de 22 de Dezembro de 1981, por óbito de Joaquim António Monteiro, de oitenta e cinco anos de idade, marítimo, no estado de casado com Dona Mariana Vales Monteiro, o qual era natural da freguesia de Santa Isabel da ilha da Boa Vista, filho de António Lourenço Monteiro e de Júlia Maria da Cruz, residente que foi na Vila de Nova Sintra-Brava, sem testamento, nem qualquer outra disposição de última vontade.

Mais certifico que na operada escritura foi declarada como único herdeiro o seu filho, José do vale Monteiro, casado sob o regime de comunhão geral de bens com Adelize Baptista Barbosa, operário, natural da ilha Brava, residente nos Estados Unidos da América do Norte.

Que não há outras pessoas que, segundo a lei, os preferam, ou com ele possa concorrer à sucessão.

Que não há lugar a inventário obrigatório, pois que o referido herdeiro é maior e com residência conhecida e que na herança existem bens imobiliários.

Está conforme.

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, aos vinte e nove dias do mês de Janeiro do ano de mil novecentos e oitenta e dois. — O Notário. — *Jorge Rodrigues Pires*.

CONTA:

Art. 18.º n.ºs 1. e 2.	60\$00
Cofre Geral de Justiça	6\$000
Taxa de reembolso	3\$00
Selos... ..	25\$00
Soma	94\$00

São: (Nóventa e quatro escudos). — Conferida por *Jorge Rodrigues Pires*. Registrada sob o n.º 784/82.

(29)

Notário: — **JORGE RODRIGUES PIRES**

JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL

Certifico narrativamente, para efeitos de publicação, que neste Cartório a meu cargo e no livro de notas para escrituras diversas número catorze barra A, de folhas vinte e nove, a trinta, se encontra exarada uma escritura de Justificação Notarial, com a data de dezassete dias do mês de

Fevereiro de mil novecentos e oitenta e dois, na qual, Maria Luísa dos Reis Borges Lopes, solteira, maior, doméstica, natural desta ilha de Santiago, residente na Várzea da Companhia, subúrbios desta cidade, se declara, com exclusão de outrem, dona e legítima possuidora do seguinte prédio: «Um prédio urbano, moradia, rés-do-chão, situado na Várzea da Companhia, construído de pedra, cimento e areia, coberto de laje de betão armado, composto de um corredor, uma sala de visita, sala de jantar, dois quartos de dormir, duas casas de banho, uma cozinha e um quintal, todos cimentados, rebocados e pintados por dentro e fora, que confronta por todos os lados com terrenos de Fernando José Serra e Sousa, inscrito na matriz da freguesia de Nossa Senhora da Graça sob o número dois mil setecentos e quarenta e sete, com o rendimento colectável de quinze mil e trezentos escudos, a que corresponde o valor matricial de trezentos e seis mil escudos, o qual não se encontra descrito na Conservatória dos Registos da Região de Sotavento, conforme se vê da certidão negativa lá passada, que arquivo.

Que a outorgante não adquiriu este prédio por contrato, nem por sucessão, mas por título de aquisição originário, por o ter construído com o seu trabalho e com o seu material empregado nessa construção.

Que, assim, não pode provar o seu domínio por documentos ou por meios normais e para suprir essa falta de título escrito, vem por este meio justificar o seu domínio e propriedade do mencionado prédio.

Está conforme o original.

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, aos dezoito dias do mês de Fevereiro do ano de mil novecentos e oitenta e dois. — O Notário, *Jorge Rodrigues Pires*.

CONTA:

Art. 18.º n.ºs 1 e 2	70\$00
Cofre Geral de Justiça	7\$00
Taxa de Reembolso	3\$00
Selos... ..	25\$00

Soma 105\$00

São: (cento e cinco escudos). — Conferida por, *ilegível*. — Registrado sob o n.º 933/82.

(30)

—oço—

Shell Cabo Verde, S.A.R.L.

CONVOCATÓRIA

Nos termos legais e estatutários, convoco a Assembleia Geral Ordinária da Shell Cabo Verde, S.A.R.L., para se reunir na sede social no próximo dia 23 de Março, pelas 17 horas, com a seguinte ordem do dia:

- 1.º Apreciação e aprovação ou modificação do Relatório, Balanço e Contas do exercício de 1981 e respectiva proposta de aplicação de resultados, apresentados pelo Conselho de Administração, bem como do relatório e parecer da sociedade encarregada do respectivo auditado e fiscalização;
- 2.º Eleição de um vogal do Conselho de Administração e de um dos membros da comissão a que se refere o artigo 26.º dos Estatutos;
- 3.º Deliberação sobre a continuação da designação de uma sociedade revisora de contas nos termos do artigo 14.º dos Estatutos ou, em alternativa, eleição do Conselho Fiscal;
- 4.º Apreciação e decisão sobre quaisquer outros assuntos de interesse para a sociedade.

Para os efeitos do disposto no artigo 16.º dos Estatutos, os possuidores de acções ao portador não registadas da Shell Cabo Verde, S.A.R.L. deverão depositá-las na sede social ou no Lloyds Bank Limited em Londres, Inglaterra.

No caso de a assembleia não poder por qualquer motivo funcionar na data acima indicada, fica a mesma reunião desde já convocada para o dia 26 do referido mês de Março, à mesma hora e no mesmo local.

5 de Fevereiro de 1982. — O Presidente da Assembleia Geral, *Ernesto António de Melo Lucas Coelho*.

(31)